



ATA NRO. 11/2026

Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Realizada no dia 03-06-2026

PRESIDENTE - Pedro Manuel dos Santos Rosa

VEREADORES - Pedro Miguel Lobato Duque

- Duarte Nuno Alves Baptista

- Miguel Afonso Catalão Alves

- Joana Marcos Barroso Ramos

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Sardoaal, reuniu a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Pedro Manuel dos Santos Rosa, estando igualmente presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque, Duarte Nuno Alves Baptista, Miguel Afonso Catalão Alves e Joana Marcos Barroso Ramos. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram quinze horas, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os Senhores Vereadores, nos termos do Artigo 25º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem: -----

Período antes da Ordem de Trabalhos:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

(Artigo 52º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro)

O Senhor Presidente iniciou a reunião agradecendo a todos os envolvidos nas várias iniciativas realizadas nas últimas semanas, destacando a Festa do Espírito Santo/Bodo, o Trail Terras de Sardoaal e as comemorações do Dia Mundial da Criança, salientando que estas atividades exigem um grande esforço da estrutura municipal e que só são possíveis graças à colaboração das associações, irmandades religiosas, GNR, bombeiros e trabalhadores do município. Referiu que o balanço foi muito positivo, com cerca de 550 participantes no Bodo, mais de 450 atletas no Trail (a maior participação de sempre) e uma forte adesão às atividades do Dia da Criança. -----

Agradeceu ainda à Associação de Pais, à Tejo Ambiente e à Valnor pela colaboração nas ações de sensibilização ambiental. Felicitou também as equipas femininas de futebol pela participação no torneio organizado pelo Café Mirante, valorizando sobretudo o envolvimento e a dinâmica associativa criada em torno da iniciativa. -----

Fez também referência à inauguração da agência de viagens B Travel, considerando importante o surgimento deste novo negócio no concelho e desejando-lhe sucesso. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente informando que, com o aproximar do final do ano letivo, o município disponibilizará várias atividades para os jovens durante o verão,

incluindo as férias desportivas, a abertura antecipada da piscina descoberta (a 16 de junho) e o programa de Voluntariado Jovem para a Floresta. -----

Anunciou ainda a realização das Jornadas do Associativismo, num formato descentralizado, tendo sido escolhida a Associação Cultural e Desportiva de Valhascos para acolher a edição deste ano e nas quais serão assinados os protocolos de apoio às associações. -----

Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Joana Ramos que informou estarem a decorrer os trabalhos de articulação entre o município e a Associação de Pais e Encarregados de Educação para a organização do ATL de Verão, mantendo-se o modelo dos anos anteriores, embora com algumas novidades que ainda estão a ser preparadas. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Pedro Duque que começou por se associar aos agradecimentos e felicitações dirigidos às associações e ao município pelas atividades realizadas desde a última reunião. Destacou o Festival das Sopas de Entrevinhas, o passeio de chapa amarela de Valhascos, a Festa do Espírito Santo, o Trail e o Dia da Criança. Sublinhou a importância do tecido associativo, da comunidade religiosa, dos bombeiros, da filarmónica e dos funcionários municipais no sucesso destas iniciativas. ----

Relativamente ao Dia da Criança, questionou se as juntas de freguesia são convidadas a participar nestas atividades. -----

O Senhor Vereador chamou à atenção sobre a necessidade de limpeza de zonas do parque industrial, devido ao mato elevado e ao impacto negativo na imagem do local. ----

Apresentou uma proposta de aquisição, para a GNR local, de um motociclo e duas bicicletas todo-o-terreno, argumentando que estes equipamentos permitiriam uma vigilância mais eficaz da floresta e reforçariam a segurança do concelho. -----

Solicitou esclarecimentos sobre a ausência de representação institucional do município na Feira de Artesanato das Festas de Abrantes e questionou sobre o número de candidaturas ao Orçamento Participativo. -----

O Senhor Vereador alertou para uma rutura de água entre Santiago de Montalegre e o Mógão Cimeiro que, segundo lhe foi transmitido, continuaria por resolver. -----

Solicitou ainda informações sobre o estado das obras municipais e da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). -----

Sobre o ponto de situação das obras municipais, o Senhor Presidente respondeu que ainda aguardava informações técnicas detalhadas para poder atualizar o ponto de situação da revisão do PDM. -----

A obra da creche municipal apresenta algum atraso, mas o empreiteiro considera-o recuperável. -----

As obras na Igreja Matriz decorrem normalmente, embora tenham surgido alguns trabalhos adicionais e correções técnicas. -----

A questão da rutura de água em Santiago de Montalegre será comunicada à Tejo Ambiente, admitindo que poderá estar relacionada com a conduta principal. -----

Sobre o Orçamento Participativo, informou haver 3 candidaturas as quais se encontram em fase de análise técnica. -----

Quanto à Feira de Abrantes, explicou que existiu uma falha de comunicação relacionada com a gestão dos espaços, reconhecendo o problema e assumindo a intenção de o corrigir no futuro. -----

Informou também que o município participaria na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, promovendo produtos locais e grupos culturais do concelho. -----

Sobre a proposta relativa à GNR, recordou que o município está disponível para colaborar e que assumirá um papel importante na futura requalificação do posto da GNR, a qual ascende ao montante de 400 000 euros. Referiu, contudo, que nunca lhe tinha sido transmitida formalmente a necessidade daqueles equipamentos específicos, embora admitisse avaliar a proposta. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque insistiu na importância dos equipamentos propostos, considerando que o investimento seria reduzido face aos benefícios para a vigilância e segurança do território. Defendeu que se trata de uma questão de prioridade política e de reconhecimento pelo trabalho da GNR. -----

O Senhor Presidente respondeu que compreende a importância da segurança, mas alertou para o facto de os municípios estarem cada vez mais a assumir responsabilidades que pertencem ao Estado. Considerou que o Ministério da Administração Interna deveria identificar formalmente estas necessidades antes de esperar a intervenção dos municípios. Ainda assim, reconheceu a validade da proposta. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque reforçou que a proposta resulta de uma avaliação concreta das necessidades do território e que os custos seriam reduzidos face ao potencial benefício para a vigilância florestal e segurança local. -----

O Senhor Presidente concluiu que não questiona a prioridade da segurança e recordou que o município já presta apoio regular à GNR através de pequenas reparações e aquisição de equipamentos quando solicitado. Confirmou ainda que a limpeza do parque industrial será tratada pelos serviços municipais. -----

O Vice-Presidente esclareceu que os terrenos referidos no parque industrial já estão incluídos no plano de trabalhos dos serviços municipais e que os atrasos se devem a problemas mecânicos em equipamentos agrícolas. -----

Quanto à proposta para a GNR, salientou que o município não possui competências delegadas nesta matéria. Comparou o orçamento do Ministério da Administração Interna com o do município, defendendo que o financiamento deste tipo de equipamentos deveria ser assegurado pelo Estado. Alertou ainda para o risco de criar um precedente que levasse o município a assumir sucessivamente despesas de responsabilidade estatal.

O Senhor Vereador Miguel Alves esclareceu que a proposta relativa à GNR não resultou de contactos com o comandante local, mas sim da observação de exemplos existentes noutros municípios. Considerou que bicicletas e veículos ligeiros seriam particularmente úteis em zonas florestais e rurais como as de Sardãoal e que o investimento seria reduzido. Recordou também que, enquanto presidente de junta, chegou a apoiar a GNR com a oferta de equipamento informático quando identificou essa necessidade. -----

Felicitou ainda o município pela decisão de antecipar a abertura da piscina descoberta e questionou se este ano estará aberta durante a hora de almoço, uma reivindicação frequente dos utilizadores. -----

Aproveitou para elogiar as várias atividades realizadas no concelho e manifestou apoio à descentralização das Jornadas do Associativismo. Defendeu igualmente a descentralização das reuniões de Câmara para aproximar os cidadãos da vida autárquica. Referiu ainda a greve geral em curso, observando que, apesar das críticas frequentes aos horários das reuniões, não se encontravam munícipes presentes na sessão. -----

O Senhor Vereador Miguel Alves procedeu à leitura de uma Declaração Política, cujo teor a seguir se transcreve: -----

"Declaração Política – Greve Geral de 3 de Junho de 2026

Assinalamos hoje a realização da Greve Geral convocada para o dia 3 de junho, uma expressão legítima do direito constitucional dos trabalhadores à defesa dos seus direitos e das suas condições de vida.

Independentemente das opções individuais de adesão ou não à greve, não podemos ignorar as preocupações que estão na origem desta mobilização nacional: a precariedade laboral, a desvalorização dos salários, a crescente dificuldade de conciliar a vida profissional e familiar, a insegurança no emprego e as alterações à legislação laboral que muitos trabalhadores consideram prejudiciais aos seus direitos.

O Partido Socialista sempre se afirmou como uma força política comprometida com a valorização do trabalho, com a defesa da contratação coletiva, com a proteção dos trabalhadores e com a promoção de relações laborais equilibradas e justas.

Num concelho do interior como o nosso, estas matérias assumem uma importância ainda maior. Todos conhecemos jovens que partiram à procura de melhores

oportunidades, famílias que enfrentam dificuldades devido ao aumento do custo de vida e trabalhadores que, apesar do seu esforço diário, sentem cada vez mais dificuldades em construir um projeto de vida estável.

Por isso, entendemos que esta greve deve ser vista também como um sinal de alerta para os responsáveis políticos, nacionais e locais. O desenvolvimento dos territórios não se faz apenas com obras e investimentos. Faz-se também com emprego digno, salários justos, estabilidade laboral e respeito pelos direitos de quem trabalha.

Hoje queremos deixar uma palavra de respeito por todos aqueles que exercem o seu direito à greve e por todos os que, através da sua participação cívica, contribuem para o fortalecimento da democracia.

Uma sociedade mais justa constrói-se ouvindo os trabalhadores, valorizando o seu contributo e promovendo políticas que coloquem as pessoas no centro das decisões.

Os Vereadores do PS

Miguel Alves

Pedro Duque"-----

O Senhor Presidente manifestou solidariedade para com as reivindicações dos trabalhadores e recordou medidas anteriormente tomadas pelo município para regularizar situações precárias e promover emprego estável. Informou que os serviços municipais se encontravam a funcionar normalmente, registando-se apenas o encerramento das escolas devido à greve. -----

Relativamente à piscina descoberta, explicou que a possibilidade de manter o espaço aberto durante a hora de almoço ainda estava a ser analisada, dependendo sobretudo da disponibilidade de nadadores-salvadores e outros recursos humanos. -----

Por fim, respondeu a uma questão anteriormente colocada sobre os médicos de família, esclarecendo que o concelho continua sem médicos de família atribuídos, embora existam atualmente três médicos a prestar serviço em diferentes dias da semana, além de enfermeiros e consultas em regime de teleconsulta em Alcaravela. -----

Interveio o Senhor Vereador Pedro Duque declarando o seu apoio à posição apresentada pelo Vereador Miguel relativamente à greve. Explicou que optaram por fazer uma declaração política em vez de outras formas de protesto para não prejudicar o normal funcionamento dos trabalhos municipais. Considerou que as alterações laborais em discussão não se justificam num contexto de quase pleno emprego, classificando-as como medidas de natureza ideológica e defendendo que representam uma perda de direitos dos trabalhadores, manifestando solidariedade com as reivindicações sindicais e com a posição assumida pelo Partido Socialista sobre o tema. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ata da Reunião anterior;
2. Diário da Tesouraria;
3. Cedência de transportes;
4. Cedência de instalações;
5. Pedido de apoio;
6. Isenção de taxas;
7. Doação;
8. Campanha da Cal;
9. Protocolo para fornecimento de alimentação em situações de emergência – SCMS;
10. Protocolo – CGD;
11. Apoio ao Associativismo;

ORDEM DE TRABALHOS

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Após confirmação de que todos os membros da Câmara tinham tomado conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a leitura, nos termos do artigo quarto do Decreto - Lei número quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

2. DIÁRIO DA TESOURARIA;

Foi presente o diário da tesouraria respeitante ao dia 27 de maio de 2026, cujos valores são os seguintes: -----

- a) Dotações Orçamentais 1 665 445,25 €
b) Dotações não Orçamentais 125 736,38 €
Total das Disponibilidades 1 791 181,63€

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. CEDÊNCIA DE TRANSPORTES;

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE SANTIAGO DE MONTALEGRE

- 13 de junho, deslocação a Alcobaça, Caldas da Rainha, São Martinho. -----

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SARDOAL

- 01 de julho, deslocação a Rio Maior. -----

GETAS

- 19 de setembro, deslocação a Pinhal Novo. -----

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ANDREUS

- 16 de agosto, deslocação a Campo Maior. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir os pedidos. -----

4. CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES;

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 273 DE TRAMAGAL

Cedência do Centro de Férias do Codes, de 29 a 31 de maio. -----

O Senhor Presidente deferiu o pedido, sendo o mesmo presente a reunião de Câmara para efeitos de ratificação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada. -----

Agrupamento 273 DE TRAMAGAL

Comunicação de agradecimento pelo deferimento das instalações. -----

CLUBE DESPORTIVO LXTRIATHLON

Cedência do Centro de Férias do Codes, de 04 a 07 de junho, bem como a isenção do pagamento das taxas de utilização. -----

O Senhor Presidente deferiu os pedidos, sendo os mesmos presentes a reunião de Câmara para efeitos de ratificação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada. -----

CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 172 DE ABRANTES

Cedência do Centro de Férias do Codes, dias 20 e 21 de junho, bem como a isenção do pagamento das taxas respetivas. -----

O Senhor Presidente deferiu o pedido, sendo o mesmo presente a reunião de Câmara para efeitos de ratificação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada. -----

5. PEDIDO DE APOIO;

Foi presente uma comunicação apresentada pela Associação Cultural e Desportiva de Valhascos a solicitar apoio logístico, através da disponibilização de uma carrinha e motorista, no âmbito da realização do Passeio de Chapa Amarela, dia 17 de maio. -----
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

6. ISENÇÃO DE TAXAS;

Associação de Moradores de Andreus – isenção do pagamento de taxas da festa de verão que terá lugar de 09 a 13 de julho. -----
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar do pagamento das taxas. -----

7. DOAÇÃO;

Foi presente uma comunicação emanada da Câmara Municipal de Constância, através da qual é oferecido um exemplar de um livro de memórias da Guerra Colonial de ex-combatentes de Constância, com o objetivo de contribuir para a preservação e divulgação do património cultural da região do Médio Tejo. -----
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar e agradecer a oferta. -----

8. CAMPANHA DA CAL;

Foi presente a informação nro. 8085/ 2026, referente ao assunto supramencionado e cujo teor é o seguinte: -----

“Há já alguns anos, vem sendo hábito desta Câmara Municipal realizar a Campanha da Cal, durante os meses de julho, agosto e setembro.

Com esta iniciativa pretende-se incentivar os munícipes para a limpeza e embelezamento das suas habitações e muros confinantes com espaços públicos.

Nesta campanha, habitualmente, são distribuídos no máximo de 10 kgs de cal por edifício e/ou muro, não ficando excluída a possibilidade de ser fornecida quantidade superior em casos devidamente justificados.

Acrescento ainda, que, conforme proposto pelo Sr.Vice-Presidente no sentido de isentar as taxas de ocupação de via pública, para melhorias exteriores, no caso pinturas, independentemente de ser efetuada com cal oferecida pelo Município ou por tinta adquirida pelo proprietário, a mesma poderá enquadrar-se no nº 3 do Artº 11º do Regulamento Geral de Taxas do Município, mediante deliberação da Câmara Municipal.”

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar de acordo com a informação prestada. -----

9. PROTOCOLO PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA – SCMS;

Relativamente ao assunto mencionado em título, foi apresentada a informação nro. 7958/2026, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Em referência ao assunto em epígrafe, e tendo por base o protocolo celebrado em 2019 entre o Município de Sardoal e a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, venho junto de V. Ex.^a expor o seguinte:

1) Os valores acordados em 2025, e que têm por base a Diretiva Financeira da ANEPC, e os demais custos de fornecimento de refeições, foram de 8,60 € (almoço ou jantar) e de 3,20 € (pequeno-almoço, lanche ou reforço);

2) Em 2026, os valores definidos em Diretiva Financeira de 2026, pela ANEPC, são os mesmos estabelecidos para a Diretiva Financeira de 2025;

3) Em reuniões realizadas entre as partes, foram realizados acertos na constituição/composição das refeições e forma de fornecimento, designadamente do almoço e jantar, existindo assim a necessidade de promover alteração aos valores praticados na tipologia "almoço e jantar", aproximando-os dos valores e custos atuais.

Face ao exposto, e tendo por base o protocolo em vigor, proponho a V. Ex.^a que seja elaborada e assinada nova adenda aos valores, com retroativos à data de entrada em vigor da nova Diretiva Financeira da ANEPC (em 01/04/2026), passando os valores a ser de:

- Almoço e Jantar: 9,60 € /cada refeição;

- Pequeno-almoço, lanche e reforço: 3,20€ /cada refeição.

Anexo: Proposta de “adenda de 2026” -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada. -----

10. PROTOCOLO – CGD;

Foi presente a proposta de Protocolo a estabelecer entre a Caixa Geral de Depósitos e o Município de Sardoal. -----

A informação do serviço competente refere que: *“No seguimento da proposta de protocolo apresentada pela Caixa Geral Depósitos, visando a atribuição de benefícios aos trabalhadores municipais, designadamente através de condições preferenciais no acesso a produtos e serviços bancários.*

Considerando que o referido protocolo produz efeitos no âmbito dos trabalhadores do Município e atendendo à natureza institucional do mesmo, é minha opinião que, por razões de prudência jurídica e administrativa, que deverá o assunto ser submetido a

apreciação e deliberação da Câmara Municipal, ao abrigo das competências previstas no artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Assim, PROponho ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que determine a submissão da proposta de protocolo a reunião de Câmara, para apreciação e eventual aprovação.” -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o protocolo. -----

11. APOIO AO ASSOCIATIVISMO;

Relativamente ao assunto mencionado em título foram presentes as seguintes informações, cujos teores a seguir se transcrevem: -----

Informação nro. 8790/ 2026

“A Câmara Municipal de Sardoal reconhece que o nosso associativismo local constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho, sustentado pelo contributo decisivo que assume em domínios como a qualidade de vida da população, a coesão social e a identidade sócio territorial.

(...)

Assim sendo, observando o exarado no ponto 2 do Artigo 12 do Regulamento, conjugado com o Artigo 26º, proponho que o índice máximo de financiamento a atribuir no âmbito do programa 1- Apoio ao desenvolvimento do Plano Anual de Atividades seja de 750 euros. Considerando o versado no ponto 1 do Artigo 26º, propõe-se a aprovação dos seguintes montantes de financiamento:

Programa 1 – Apoio ao desenvolvimento do Plano Anual de Atividades

Associação/Candidatura	Índice proposto	Montante financiado
<i>Associação Cultural e Desportiva de Valhascos</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Associação de Caçadores de Sardoal</i>	<i>3</i>	<i>375€</i>
<i>Associação de Melhoramentos e Amigos de Entrevinhas</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Associação de Moradores de Andreus</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Associação de Moradores de Vale das Onegas</i>	<i>2</i>	<i>500€</i>
<i>Associação dos Amigos de Santiago de Montalegre</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Associação Recreativa da Presa</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Associação Recreativa e Cultural de Panascos</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Comissão de Desenvolvimento Cultural e Recreativa de Venda Nova</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Estímulo – Associação de Jovens do Sardoal</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>
<i>Filarmónica União Sardoalense</i>	<i>1</i>	<i>750€</i>

Programa 3 /Subprograma 1 – Desenvolvimento Cultural

Associação/Candidatura	Montante Proposto	Observações
<i>Filarmónica União Sardoaense</i>	12.000€	<i>Apoio ao funcionamento da escola de música</i>

Programa 3 /Subprograma 2– Desenvolvimento Social

Associação/Candidatura	Montante Proposto	Observações
<i>Associação Amigos dos Animais de Sardãoal</i>	2000€	<i>Apoio para rações</i>
<i>Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardãoal</i>	2750€	<i>Apoio à coordenação do ATL</i>
<i>Comissão de Melhoramento de Cabeça das Mós</i>	1500€	<i>Apoio à coordenação do Mósferias</i>

Caso a presente proposta seja merecedora de aprovação, compete-me informar que o montante financeiro global a atribuir é de 25,875 euros (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e cinco euros). Na análise para a atribuição destes apoios, não se encontram consideradas as despesas com a utilização de espaços municipais, transportes coletivos e apoios não financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades previstas pelas associações. Desta forma, proponho que sejam isentadas as taxas de utilização destes equipamentos e recursos observando sempre o cumprimento dos regulamentos municipais vigentes. Para este efeito, será sempre tida em consideração a disponibilidade de recursos existentes bem como a articulação entre todas as associações envolvidas.” ----

O Senhor Presidente informou que a proposta em apreciação é apresentada numa fase mais tardia do que seria desejável, situação que resulta de diversas vicissitudes ocorridas ao longo dos últimos meses. Referiu que existiram algumas falhas processuais por parte de determinadas associações, bem como outros constrangimentos administrativos, que atrasaram a compilação, análise e validação de toda a informação necessária à elaboração da proposta. Salientou que a intenção do Município era que o processo estivesse concluído dentro dos prazos previstos no regulamento, permitindo às

associações dispor dos apoios logo nos primeiros meses do ano. Contudo, tal não foi possível. Esclareceu ainda que, nos casos em que os apoios dependam da apresentação de despesas justificativas, serão consideradas elegíveis todas as despesas realizadas desde 1 de janeiro, ficando assim salvaguardados os direitos das associações. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente que complementou o enquadramento apresentado, recordando que inicialmente estava prevista a realização das Jornadas do Associativismo durante a primeira quinzena de maio, período considerado mais adequado por coincidir com uma fase de intensa atividade associativa, marcada pela realização de arraiais, festas e outras iniciativas que constituem importantes fontes de receita para as associações. Explicou que, devido a problemas técnicos e a atrasos na entrega de documentação, não foi possível cumprir o calendário inicialmente previsto. Referiu que a proposta resulta da análise efetuada às candidaturas apresentadas, seguindo uma linha de atuação semelhante à dos anos anteriores. -----

Aproveitou ainda para informar que o Município pretende iniciar um processo de revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo, envolvendo diretamente as associações nesse trabalho. Nesse âmbito, revelou que estão a ser solicitados orçamentos para a aquisição de uma plataforma digital de apoio ao movimento associativo, onde poderão ser centralizados formulários de candidatura, estatutos, informações relativas aos corpos sociais, pedidos de transporte, isenções de taxas e outros procedimentos administrativos. Destacou como uma das principais vantagens da futura plataforma a existência de um calendário partilhado, que permitirá às associações coordenarem eventos e evitarem sobreposições de datas. Sublinhou ainda a importância de recolher contributos das associações, identificando dificuldades, necessidades e eventuais lacunas do regulamento atual, de forma a construir soluções mais ajustadas à realidade do tecido associativo local. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a proposta engloba diversos programas de apoio previstos no regulamento, designadamente o Programa 1, destinado ao apoio ao desenvolvimento do plano anual de atividades e à cobertura de despesas correntes essenciais, como água, eletricidade e comunicações, bem como o Programa 3, relativo ao desenvolvimento cultural e social, através dos respetivos subprogramas. Destacou o aumento da participação das associações no Subprograma 2, dedicado ao desenvolvimento social, considerando positivo o crescente reconhecimento da importância desta área por parte do movimento associativo. Informou que o montante global dos apoios propostos ascende a 25.875 euros. -----

Acrescentou que este valor não inclui outros apoios habitualmente concedidos pelo Município, como a cedência de transportes, apoio logístico, utilização de espaços municipais e diversas isenções. Referiu, a título de exemplo, a utilização da piscina descoberta por entidades como a Associação de Pais e a Associação da Criança das Mós durante as atividades de verão, situações em que o Município também assegura formas de apoio indireto. -----

Interveio o Senhor Vereador Miguel Alves referindo que, embora os apoios destinados às despesas correntes das associações sejam importantes, importa reconhecer que os custos fixos, nomeadamente água, eletricidade e outros encargos de funcionamento, têm vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. Observou que os montantes previstos no regulamento para este tipo de apoio permanecem inalterados há algum tempo e considerou que seria oportuno reavaliá-los. -----

Reconheceu igualmente que o Município tem mantido uma postura de proximidade e apoio permanente às associações, designadamente através da disponibilização de transportes e da resposta a necessidades extraordinárias que vão surgindo ao longo do ano. Ainda assim, defendeu que os apoios financeiros de carácter regular poderiam ser reforçados, sugerindo a atualização dos montantes atualmente atribuídos. Considerou que essa matéria deveria ser debatida no âmbito das futuras Jornadas do Associativismo, salientando que, apesar de representar um esforço reduzido para o Município, um aumento desta natureza poderia ter um impacto significativo na sustentabilidade das associações. -----

O Senhor Presidente concordou que a matéria merece reflexão futura, recordando que os montantes atualmente previstos já foram objeto de atualização anterior precisamente em consequência do aumento dos custos de funcionamento das associações. Considerou importante analisar com maior detalhe os encargos efetivamente suportados pelas diversas entidades associativas, de forma a adequar os mecanismos de financiamento às suas necessidades reais. -----

Salientou, contudo, que o financiamento das associações não deve depender exclusivamente do Município, defendendo que estas devem igualmente procurar outras fontes de receita e financiamento, quer através da cobrança de quotas, quer recorrendo a programas de apoio disponíveis noutras entidades, como organismos da administração central ou programas setoriais específicos. Recordou ainda que o regulamento foi concebido com a preocupação de não financiar diretamente as festas anuais das associações, por se considerar que essas iniciativas constituem, regra geral, oportunidades de geração de receitas destinadas a suportar o restante plano de

atividades. Reiterou que os apoios municipais devem ser entendidos como um complemento e não como a única fonte de financiamento das associações. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que a revisão do Regulamento de Apoio ao Associativismo pretende precisamente tornar o sistema de apoios mais equilibrado, homogéneo e justo. Defendeu a criação de mecanismos que permitam distinguir e valorizar as associações mais dinâmicas, com maior número de atividades e encargos associados, procurando adequar os apoios municipais à intensidade da atividade desenvolvida e ao benefício proporcionado à população. -----

O Senhor Vereador Miguel Alves manifestou concordância com este princípio de diferenciação, salientando que existem realidades associativas muito distintas no concelho. Referiu que algumas associações mantêm atividade diária, assegurando serviços permanentes à população, enquanto outras desenvolvem uma atividade mais reduzida. Como exemplo, mencionou o Grupo Desportivo Os Lagartos do Sardoal, cuja atividade decorre ao longo de todo o ano, envolvendo instalações abertas diariamente, prática desportiva regular e múltiplas iniciativas. Considerou, por isso, legítimo que a atribuição de apoios tenha em conta o nível efetivo de atividade e o contributo prestado por cada associação. -----

O Senhor Presidente sublinhou que, independentemente das alterações futuras ao regulamento, nenhuma associação deixará de encontrar no Município um parceiro disponível para analisar e apoiar as suas necessidades. Recordou que o regulamento prevê mecanismos que permitem apreciar pedidos pontuais ou situações não enquadráveis nos programas regulares de apoio, possibilitando a atribuição de apoio financeiro ou logístico sempre que tal se justifique. Acrescentou que essa flexibilidade foi salvaguardada aquando da elaboração do regulamento, conferindo ao Município capacidade de resposta perante situações específicas que possam surgir. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o apoio financeiro de acordo com a proposta apresentada. -----

Informação nro. 8799/ 2026

“No âmbito do regime de apoios financeiros concedidos pelo Município ao movimento associativo, verificou-se que diversas associações beneficiárias entregaram a documentação de prestação de contas e/ou os comprovativos de despesa fora dos prazos de validade estabelecidos, relativos ao exercício de 2025.

A presente informação visa submeter à apreciação e deliberação do executivo a aceitação excecional desses documentos, com vista à regularização e processamento dos respetivos pagamentos.

Sem prejuízo do rigor exigido na gestão dos dinheiros públicos, importa salientar que as associações realizaram, de facto, as atividades e despesas para as quais o apoio foi concedido, encontrando-se estas devidamente documentadas, ainda que entregues fora do prazo. O incumprimento é de natureza formal e não substantiva.

O movimento associativo desempenha um papel relevante na dinamização social, cultural e desportiva do concelho. A não realização dos pagamentos penalizaria desproporcionadamente entidades que prestaram um serviço efetivo à comunidade.

A verba destinada a estes apoios encontra-se cativa na respetiva dotação orçamental, ao abrigo do cabimento n.º 21891, no montante de 5.970,12 € (cinco mil, novecentos e setenta euros e doze cêntimos), destinado às candidaturas do PAA — Programa 1 de 2025. Encontrando-se a verba cabimentada e comprometida para este fim específico, o intuito da presente informação é precisamente o de regularizar esta verba.

As associações envolvidas neste processo são:

☐ Associação de Melhoramentos e Amigos de Entrevinhas - 750€

☐ Associação de Melhoramentos da Aldeia de São Simão - 750€

☐ Associação de Moradores de Vale das Onegas - 500€

☐ Associação Cultural e Desportiva de Valhascos- 750€

☐ Associação Recreativa da Presa- 750€

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceitar, a título excecional, a regularização dos pagamentos relativos ao ano de 2025." -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente que explicou que a proposta apresentada surge na sequência de uma deliberação anterior relacionada com apoios financeiros a associações. Esclareceu que os valores em causa já tinham sido aprovados para o ano de 2025, mas não puderam ser transferidos devido a atrasos na entrega da documentação exigida por parte de algumas associações. -----

Referiu que, apesar de as verbas terem sido previamente aprovadas e reservadas para esse efeito, os processos ficaram pendentes porque a documentação necessária não foi entregue dentro dos prazos estabelecidos ou apresentava elementos em falta. Assim, o objetivo da proposta é regularizar a situação destas associações, uma vez que entretanto corrigiram as irregularidades documentais e completaram os respetivos processos. -----

Em síntese, o Vice-Presidente defendeu que estão reunidas as condições para proceder ao pagamento dos apoios anteriormente aprovados, uma vez que as associações em causa já cumpriram os requisitos que estavam em falta. -----

O Senhor Presidente complementou a explicação prestada pelo Vice-Presidente, informando que a Câmara contactou todas as associações que se encontravam nesta

situação. Explicou que estas entidades ainda não tinham apresentado os pedidos de reembolso necessários para a concretização dos pagamentos, apesar de as respetivas verbas já estarem cabimentadas. -----

Acrescentou que existia a necessidade de utilizar e regularizar essas dotações financeiras, pelo que foi dada às associações a oportunidade de corrigirem a situação. Segundo referiu, as associações responderam positivamente ao contacto efetuado, enviando a documentação necessária para completar os processos. -----

Concluiu afirmando que a proposta em apreciação visa apenas autorizar o pagamento dos montantes em causa, uma vez que os apoios já tinham sido anteriormente aprovados, comprometidos e assumidos pelo Município. O objetivo é, portanto, cumprir os compromissos já estabelecidos e proceder à transferência das verbas para as associações beneficiárias. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a regularização dos pagamentos relativos ao ano de 2025, de acordo com a informação prestada. -----

Considerando a urgência na aprovação dos documentos e, de acordo com nº 3 do artigo 20º do Regimento e, o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, as deliberações tomadas. -----

Encerramento

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e treze minutos, do que para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Anabela Graça, Técnica Superior de Secretariado, da Secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia, que a redigi, subscrevi e assino. -----

